

# JORNAL DO BRASIL *Economia - Brasil* 31 OUT 1998

## Corte no governo é de apenas R\$ 2,7 bilhões

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – A real contribuição de cortes de gastos do governo federal para o programa de ajuste fiscal de R\$ 28 bilhões é de R\$ 2,7 bilhões. Essa é a redução do orçamento de Outras Despesas Correntes e de Capital (OCC) para 1999, conforme anunciado pelo governo durante a divulgação do pacote fiscal. O corte de R\$ 8,7 bilhões ressaltado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no dia anterior como “sem precedentes” refere-se à mera comparação entre o que seria gasto no ano que vem com base no projeto de orçamento da União para 1999, cujas premissas eram totalmente fora de esquadro. O projeto já foi recolhido do Congresso Nacional para ser refeito.

Preparado pelo ministério do Planejamento, o projeto considerava a hipótese de crescimento econômico de 4% e inflação de 3,8%. Recalculado com fundamentos mais realistas, o orçamento será novamente enviado ao Congresso tendo como pressuposto uma queda de 1% do PIB e inflação de 2%. Portanto, o corte de R\$ 8,7 bilhões nos gastos de custeio e capital é em relação ao “vento”. De fato, comparado com as despesas de custeio e investimentos executadas este ano, a cifra cai para R\$ 2,7 bilhões. Ou seja, o governo federal fará cortes na sua própria

carne de 9,6% do ajuste total estimado em R\$ 28 bilhões.

O restante virá de aumento da receita, pelo aumento de impostos e contribuições previdenciárias do funcionalismo público (que reduz o déficit da previdência), além de alguns ganhos por reformas estruturais.

Segundo a programação de gastos para o triênio 1999-2001, que acompanha o Programa de Estabilização Fiscal anunciado na última quarta-feira pelo ministério da Fazenda, o orçamento de “outras despesas de custeio e capital” terá a seguinte evolução: salta de R\$ 39,46 bilhões de execução estimada para este ano para R\$ 43,35 bilhões em 1999, R\$ 44,22 bilhões em 2000 e R\$ 45,1 bilhões em 2001.

**Outras despesas** – O aumento dos gastos com OCC vem ocorrendo desde 1994, principalmente em saúde, educação e reforma agrária, além dos programas do Brasil em Ação e elevação das despesas de custeio e investimentos dos poderes Legislativo e Judiciário. Uma elevação que de 1994 a 1997 correspondeu a 0,77% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, mais de R\$ 7 bilhões a preços de hoje. E a concentração dos cortes nessa área do orçamento - que refere-se ao custeio da máquina administrativa, prestação de serviços continuados do go-

verno e investimentos em infraestrutura econômica - é porque nela estão as despesas consideradas “comprimíveis”. As demais despesas - juros, salários, transferências constitucionais a estados e municípios, entre outras, são “incomprimíveis” e correspondem à três quartos (3/4) do orçamento geral da União.

A partir do ano 2000, o Plano Plurianual do governo federal (válido para o período 2000-2003) e os orçamentos da União, devem reformular os programas de governo, separando-os dos Ministérios em uma rubrica especial. É o que determina o Decreto 2829 publicado ontem no Diário Oficial da União, detalhando uma das medidas de ajuste fiscal anunciadas quarta-feira.

Segundo o Decreto, os programas vão concentrar toda a ação final do governo federal, serão orientados de acordo com a estratégia para cada setor e terão gerentes individuais. Hoje o governo tem centenas de programas espalhados pelos diversos ministérios, muitos deles se sobrepondo uns aos outros, segundo técnicos da equipe econômica. Por esse motivo não há uma idéia clara de quanto custa a execução das ações em cada órgão, o que acaba em desperdício de dinheiro e frustração dos usuários.